

## ABSTRACT

This study examines all the elements that involve the direct hiring of lawyers and office of legal counsel by non-requirement of bids, based on Law 8666/93 and positioning of the Supreme Court, seeking to present the possibility of hiring, given the principles of legality and free competition.

**Keywords:** non-requirement for bidding. Law firms. Element trust.

## SUMÁRIO

Introdução.....	1
Considerações sobre licitação.....	2
Aspectos da inexigibilidade .....	2
Elementos que configuram a inexigibilidade.....	9
Notória Especialização .....	12
Posição do Supremo Tribunal Federal.....	13
Conclusão .....	14
Bibliografia .....	16

## **1. INTRODUÇÃO**

Com a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal e com os mecanismos de controle estabelecidos pelos Tribunais de Contas, a excelência na condução das finanças públicas bem como o gerenciamento da máquina administrativa, tem exigido do Administrador Público, cada vez mais, conhecimento dos procedimentos legais.

Esses conhecimentos passam necessariamente por embasamentos legais dos atos de gestão.

Até mesmo uma simples despesa a ser realizada pela Administração Pública exige formalidade em amplo atendimento ao princípio da legalidade.

Em consequência disso, a contratação de advogados especializados e escritórios de consultoria jurídica passou a ser condição indispensável para o bom desempenho da Administração Pública.

A maioria dessas contratações, são realizadas por meio de inexigibilidade de licitação, uma vez que existe fundamento na própria lei de licitações para isso.

Esse trabalho tem a pretensão de elencar essas contratações estudando os fundamentos que embasam a inexigibilidade, demonstrando a observância ao princípio da legalidade, reunindo fundamentação da Doutrina e do Supremo Tribunal Federal.

## **2. CONSIDERAÇÕES SOBRE LICITAÇÃO**

A licitação trata-se de um processo administrativo para contratação de serviços ou aquisição de produtos pelos entes da Federação, que usem verba pública.

A Constituição Federal Brasileira estabeleceu a obrigatoriedade da licitação para todas as aquisições de bens e contratação de serviços e obras realizados pela Administração Pública.

A Lei 8.666/93, em seu artigo 3º disciplinou e determinou a função da licitação, ex vi:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da oralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A regra geral que prevalece para a Administração Pública no Brasil é a obrigatoriedade da realização de procedimento licitatório nas contratações que envolvam obras, serviços, compras e alienações, essa é a norma contida no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal.

No entanto, em determinados casos, é admissível a contratação direta. Assim, a licitação pode ser dispensável, em outras situações é possível não haver como exigí-la e há ainda hipóteses em que é proibida a sua realização.

### **3. ASPECTOS DA INEXIGIBILIDADE**

A natureza jurídica da inexigibilidade licitatória encontra-se sob os ditames da Lei 8.666/93, com as alterações promovidas pela Lei 8.883/94, EC nº 19 e 9.648, de 27/05/98, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal.

A Lei 8.666/93 dita normas gerais para licitações e contratos administrativos, obrigando a quase todas as pessoas físicas ou jurídicas que tenham a intenção de contratarem com Poder Público à submissão a um procedimento licitatório cujo objeto

pressupõe uma competição pública, elencando as regras específicas pelas quais a Administração Pública poderá contratar diretamente com o fornecedor do produto ou do serviço, vez que a licitação poderia não ser realizada a critério da administração.

A contratação direta pela administração, sem a realização de procedimento licitatório, pode ocorrer em razão das peculiaridades dos materiais e dos serviços elencados como hipóteses (art. 24 da Lei 8.666/93), ou mesmo impossível de ser realizada (inexigibilidade de licitação, art. 25 c/c art. 13 da Lei 8.666/93), em razão da inadequação ao procedimento licitatório de competição pública dos objetos demandados para efeito de contratação.

A contratação pretendida pela Administração Pública de advogados, por inexigibilidade, encontra guarida numa das hipóteses de inexigibilidade de licitação, todas previstas no artigo 25, verbis:

“Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Assim, o inciso II do artigo supracitado autoriza a contratação direta, por inexigibilidade, de serviços técnicos especializados enumerados no artigo 13 da Lei 8.666/93, este por sua vez determina que:

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

- II - pareceres, perícias e avaliações em geral;
- III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras;
- III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- VII - restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

Destarte, subsistem três requisitos normativos fundamentais para que seja possível a realização de um procedimento de inexigibilidade licitatória para a contratação de serviços especializados: a) inviabilidade de competição; b) natureza singular do serviço e c) notória especialização dos profissionais a serem contratados.

A inexigibilidade de certame licitatório abrange duas hipóteses, fundamentos das espécies normativas previstas nos três incisos do art. 25 da Lei 8.666/93:

a) inexigibilidade por impossibilidade de competição relativa às modalidades melhor preço, ou melhor técnica em razão da exclusividade do fornecedor e do material (art. 25, inciso I);

b) inexigibilidade por necessidade de utilização da discricionariedade administrativa para contratação de serviço em que, embora haja possibilidade de competição pelo fato de o serviço não ser exclusivo, o que, em tese, justificaria a licitação, não há possibilidade de consubstanciar uma avaliação qualitativa tendo como parâmetro exclusivamente a vinculação do resultado do certame a requisitos licitatórios objetivamente previstos no edital, sob pena de supressão das competências constitucionais da administração pública (art. 25, inciso II e III).

No que concerne especificamente à associação do critério trazido pelo caput do art. 25 à hipótese do inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, há de se levar em consideração que a inviabilidade de competição não tem como pressuposto a idéia de que a administração pública contratará por inexigibilidade de licitação somente quando

houver um único prestador de serviço qualificado para o exercício de atribuição prevista no art. 13 do mesmo diploma legal.

A utilização de tal argumento só é válida para a hipótese prevista no inciso I do art. 25, o qual prevê expressamente a impossibilidade de fornecimento do material ou serviço por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

Ainda assim, há de se flexibilizar a interpretação do dispositivo, haja vista a existência de diferenças substanciais entre o regime jurídico do produtor em relação ao regime jurídico das empresas fornecedoras ou representantes comerciais.

O produtor não é um mero repassador de bens. Ao contrário dos fornecedores e representantes comerciais, o produtor é responsável pela transformação de matéria-prima natural, industrializada ou intelectual, no seu produto.

O regime jurídico da produção, para efeito de aferição do caráter de exclusividade, deve levar em consideração duas dimensões diferentes de produtores: a) o produtor manufatureiro que trabalha sobre a escala de criação industrial; b) produtor autoral que trabalha sobre a escala de criação intelectual.

O produtor industrial está submetido ao regime jurídico da Lei de Propriedade Industrial (Lei Federal 9.279/96), a qual regula o direito patrimonialmente mensurável de utilização de inventos e fórmulas de produção industrial que caracterizam a formação de patentes e de modelos de utilidade. As patentes e modelos de utilidade não impedem que outros produtores se valham das fórmulas ou das técnicas utilizadas para a criação, que podem ser cedidas via contratos de licença, cuja previsão se encontra no diploma legal supracitado.

Já o produtor intelectual está submetido do regime jurídico da Lei de Propriedade Intelectual e Direitos Autorais (Lei Federal 9.610/98), cuja criação não se dá em escala e os resultados são considerados personalíssimos e de natureza exclusiva, e suas

contratações são realizadas pelo critério *intuitu personae*, em razão da especialidade intelectual que fundamenta a existência do material.

O serviço especializado de consultoria e assessoria jurídica prestada por advogado é de natureza intelectual, *intuitu personae* e protegido pelo regime jurídico de proteção à produção autoral no Brasil, estabelecido pela Lei 9.096/98, consoante o disposto no seu art. 7º, inciso I:

**Art. 7º** São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;

Um advogado tece sua obra científica por meio das petições, recursos e pareceres que são veiculados através de processos administrativos e jurisdicionais, sendo que cada trabalho desenvolvido pelo advogado é carregado de intelectualidade e subjetividade, não podendo, estes, serem comparados uns com os outros e, por isso, devem ser considerados infungíveis e de caráter personalíssimo.

Nesse aspecto, o conceito de inviabilidade de competição não pode ser interpretado de forma a se induzir o administrador público a deixar de licitar por inexigibilidade apenas quando houver um único fornecedor de serviços ou produtos.

Tratar-se-ia de uma interpretação equivocada, fundada numa premissa restritiva da aplicabilidade do procedimento de inexigibilidade, tratando-o como uma exceção, quando, em verdade, consiste num método de contratação específico para as situações peculiares trazidas nas hipóteses do art. 25 da Lei 8.666/93, tão importantes e centrais quanto as modalidades de licitação e as hipóteses de dispensa.

Logo, a inviabilidade de competição não é aferida pelo fato de existir fornecedor exclusivo no sentido de ser o único capaz de executar o serviço de demandado pelo Poder Público. A inviabilidade de competição se dá pelo exercício da

discricionariedade administrativa do gestor ante as capacidades peculiares que fazem com que o profissional escolhido para a execução do serviço seja único para a situação fática que ensejou a demanda, pelo fato de ter demonstrado objetivamente, pela sua notória especialização na área de trabalho objeto da contratação, que é um profissional capaz de fornecer segurança jurídica suficiente ao gestor, possibilitando-o agir com proporcionalidade estrita, no sentido de que a contratação adequa a sua motivação administrativa ao fim resultando no alcance da eficiência administrativa, princípio norteador da própria atividade administrativa.

Não é o fato de existirem outros advogados que prestam o mesmo serviço a ensejar a inexigibilidade de licitação, mas sim a elementos de discricionariedade e proporcionalidade estrita que servem de base para a contratação direta do serviço.

Ademais, quando se trata de serviços jurídicos, existem outras peculiaridades que impedem a competição de advogados via licitação. Nesse sentido, o próprio Código de Ética da Advocacia, em seus artigos 28 e 29, desestimula a competição entre seus profissionais, inviabilizando o certame licitatório, por ser recomendado ao causídico a moderação, discricção e sobriedade.

Se o Estatuto da OAB e o Código de Ética vedam a captação de clientela, os procedimentos de mercantilização da profissão e o aviltamento de valores dos honorários advocatícios (arts. 30 e 41 do Código de Ética), como conciliar tais princípios com a participação de advogados, concorrendo com outros advogados em uma licitação de menor preço, nos moldes do art. 45, I e §2º da Lei 8.666/93? Também resulta inviável, pelos mesmos princípios, a participação de escritórios de advocacia em licitação do tipo melhor técnica, a qual, nos termos do artigo 46, §1º, descabe, afinal, para o cotejamento de preços. Obviamente, também a licitação de técnica e preço do art. 46, §2º, que combina aqueles dois requisitos. Mesmas restrições sobre a aplicação das normas relativas à desclassificação das propostas, em razão dos preços oferecidos, prevista no art. 48, II, da Lei 8.666/93, quando,

eventualmente, os advogados licitantes podem ser convidados para baixar o preço das suas propostas, dentro do prazo de oito dias.

Por sua vez, o artigo 34 do Estatuto da OAB, elenca como infração disciplinar “organizar ou captar causas, com ou sem a intervenção de terceiros” (Art. 34, IV). Na mesma esteira, o artigo 5º do Código de Ética veda qualquer procedimento de mercantilização do advogado no exercício da profissão: “O exercício da advocacia, é incompatível com qualquer procedimento de mercantilização.”

Logo, a participação de advogados e escritórios de advocacia em procedimentos licitatórios obrigariam, para efeito de cumprimento de exigências na fase de habilitação, o cometimento de atos contrários ao próprio Código de Ética da Advocacia, expondo o profissional a sanções de natureza administrativa de razoável gravidade, acarretando, inclusive, eventual suspensão do exercício profissional, principalmente em relação a concorrências cujo resultado pode acarretar aviltamento dos honorários advocatícios, em especial aqueles que têm como critério o menor preço.

#### **4. ELEMENTOS QUE CONFIGURAM A INEXIGIBILIDADE**

##### **4.1. Serviços Técnicos de Natureza Singular (art. 25, inciso II da Lei 8.666/93).**

Um requisito à contratação de serviços via inexigibilidade de licitação, na hipótese do art. 25, inciso II, é a singularidade do serviço. Nos termos em que está posta, a “natureza singular” está intimamente ligada ao objeto que se deseja contratar.

Doutrinária e jurisprudencialmente, o termo singularidade expressa a necessidade de o serviço objeto da inexigibilidade não ser de natureza genérica.

A singularidade do serviço é o gênero para o qual subsistem duas espécies: a) serviço único ou raro, no sentido de ser uma demanda nova que surja em virtude de

alterações legislativas, da realidade fática ou mesmo em decorrência de novos entendimentos jurisprudenciais das Cortes de Contas, responsáveis pelo controle externo da Administração Pública; b) especial ou extraordinário, que implique transitoriedade da contratação para efeito, em geral, de corrigir ineficiências das atividades administrativas, tornando-as mais adequadas aos princípios norteadores da gestão pública.

Singularidade, todavia, não se confunde com exclusividade. O profissional, quando presta serviço de lavra intelectual, tal qual consiste o objeto da presente inexigibilidade licitatória, é detentor de natureza singular, pelas características subjetivo-personalíssimas do seu serviço, consoante leciona Celso Antônio Bandeira de Mello, in Curso de Direito Administrativo, p. 325:

“De modo geral são singulares todas as produções intelectuais, realizadas isolada ou conjuntamente - por equipe - sempre que o trabalho a ser produzido se defina como marca pessoal (ou coletiva) expressa em características científicas, técnicas ou artística importantes para o preenchimento da necessidade administrativa a ser suprida. Neste quadro, cabem os mais variados serviços: uma monografia escrita por experiente jurista, uma intervenção cirúrgica realizada por qualificado cirurgião... todos estes serviços se singularizam por um estilo ou por uma orientação pessoal. Note-se que a singularidade mencionada não significa que outros não possam realizar o mesmo serviço. Isto é, são singulares, embora não sejam necessariamente únicos.”

Seguindo nessa linha de raciocínio, encontramos IVAN BARBOSA RIGOLIN, em sua obra MANUAL PRÁTICO DAS LICITAÇÕES, à fls. 143:

“Serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular. As duas características andam sempre juntas, (o adjetivo “especializados” indica a NATUREZA SINGULAR dos serviços referidos. Não tendo natureza singular, perdem os serviços a característica de especializados...). Esta é a última e a mais refinada espécie de serviços profissionais existentes; pelo elevado grau de especialização que exige do prestador, e pela inalienável e necessária característica pessoal do resultado, esse serviço tem o que se denomina NATUREZA SINGULAR, quer dizer, aquele particular e inconfundível de cada prestador.

O mesmo autor, citado por Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de

Licitações e Contratos Administrativos, p. 252, faz a seguinte consideração:

“A singularidade do ‘objeto’ consiste, na verdade, na singularidade (peculiaridade) do ‘interesse público a ser ‘satisfeito’. A raiz da inexigibilidade da licitação reside na necessidade a ser atendida e não no objeto do ofertado. Ou seja, não é o objeto que é singular, mas o interesse concreto. A singularidade do objeto contratado é reflexo da especialidade do interesse público”.

Adilson Abreu Dallari, no seu Livro Aspectos Jurídicos da Licitação, Forense - 1997, p. 51 - tece elogios ao trabalho da Professora Lúcia Valle Figueiredo em parceria com o renomado mestre Sérgio Ferraz, dizendo:

“... já acolhendo a distinção feita pelo legislador entre dispensa e inexigibilidade, os Autores enfocam um aspecto extremamente relevante, qual seja, o fato de que um trabalho técnico profissional especializado pode ser contratado sem licitação mesmo que haja “uma pluralidade de notórios especializados” exatamente porque o trabalho produzido se torna singular em razão da singularidade subjetiva do Executante.”

“Essa singularidade resultante das características pessoais do Executante é que torna inviável a comparação ou a competição, tornando inexigível a licitação, conforme dispõe a legislação vigente.”

## 5. NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO

O parágrafo primeiro do artigo 25 define de maneira inequívoca a notória especialização:

Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Pela leitura da Constituição Federal, percebe-se que o trabalho de um advogado na seara da Administração Pública não constitui atividade-fim do Estado e sim

atividade-meio, na medida em que a assessoria e consultoria jurídica será utilizada como ferramenta, mecanismo, processo para que sejam alcançados os objetivos fundamentais do Estado brasileiro, provendo as necessidades básicas de cidadania, tais quais: educação; meio-ambiente; saúde, previdência, assistência social; comunicação social; proteção às minorias e todos os demais direitos estabelecidos do art. 5º ao art. 17 e do art. 193 ao art. 232 todos da CF/88.

Mas, qual o critério que permite qualificar uma empresa ou uma pessoa como dotada de notoriedade?

Sobre essa questão assim se manifestou Hely Lopes Meirelles: não há padrões objetivos para se identificar a notória especialização a que se refere a Lei. Por isso mesmo, há que ser reconhecida por critérios subjetivos do conceito geral que goza o profissional ou empresa no campo de sua especialidade. Esse conceito se forma pelo bom desempenho do especialista ou da firma especializada em serviços anteriores, aliado aos estudos, experiência e publicações técnicas ou científicas sobre a matéria, atestando a capacidade e a idoneidade profissionais..." (in Aspectos Jurídicos da Licitação, 4ª ed. p.52).

O saudoso mestre Hely Lopes Meirelles no seu livro Licitação e Contrato Administrativo, 11ª ed. p.98, define serviço técnico especializado:

"no consenso doutrinário, são os prestados por quem, além da habilitação técnica e profissional - exigida para os serviços técnicos profissionais em geral - aprofundou-se nos estudos no exercício da profissão, na pesquisa científica, ou através de cursos de pós-graduação ou de estágios..."

Desta maneira, uma das formas de verificação de notória especialização é a real especialização do advogado na área que pretende atuar, seja direito administrativo, eleitoral ou trabalhista.

Não basta apenas conhecer do assunto, mas deve sobremaneira, possuir títulos que demonstrem o seu conhecimento na área de atuação.

## **6. POSIÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

O STF já teve que analisar caso atinente ao tema, e entendeu que não só a notória especialização configuraria a possibilidade de contratação por inexigibilidade, mas sobremaneira, trouxe a questão da confiança como forma de determinar a contratação.

De fato, não se conceberia que um gestor público tivesse que ser orientado ou até mesmo defendido por um advogado em quem não confia, ou que fosse contrário politicamente.

O exercício da advocacia cria uma relação de confiança e intimidade entre o advogado e o cliente que o contrata, uma vez que o causídico terá conhecimento detalhado de todos os atos praticados, sejam eles legais ou ilegais, obtendo informações privilegiadas, até porque, o advogado só poderá realizar uma boa defesa se tiver pleno conhecimento dos fatos.

O STF já analisou o caso e entendeu que “serviços técnicos profissionais especializados’ são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do “trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato” (cf. o §1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente”. (*Excerto do Acórdão da AP348/SC, Rel. Min. Eros Grau, julg. 15/12/2006, Pleno, pub. DJ 03/08/07, pág. 30*).

Em outro caso, o mesmo STF, posicionou-se no seguinte sentido: “Contratação de advogado para defesa de interesses do Estado nos Tribunais Superiores: dispensa de licitação, tendo em vista a natureza do trabalho a ser prestado. Inocorrência, no caso, de dolo de apropriação do patrimônio público. II – Concessão de habeas corpus de ofício para o fim de ser trancada a ação penal.” (RHC 72830-RO, Rel. Min. Carlos Velloso, 2ª t., julg. 20/10/95, DJ 16/02/96, pág. 2999).

## 7. CONCLUSÃO

Diante do exposto, constatamos que o processo de inexigibilidade trata-se de uma exceção ao Processo Licitatório e todo seu embasamento encontra-se consubstanciado na Lei de Licitações e demais dispositivos atinentes à matéria.

Para que os serviços de advocacia se enquadrem na hipótese de inexigibilidade, é preciso que o serviço tenha natureza singular, ou seja, não deve se tratar de um serviço comum, em que o advogado sirva apenas para protocolar ações ou formalizar processos, como se fosse um mero estagiário. Bastando que o serviço seja de natureza intelectual, no qual deverá o advogado exercer seu trabalho com emprego de técnica e conhecimento, já poderá configurar possibilidade de ser contrato por inexigibilidade em razão da proibição de mercantilização dos serviços jurídicos pelo código de ética da Ordem dos Advogados do Brasil.

Outro requisito essencial é a notória especialização, que só será configurada se o advogado comprovar ser conhecedor da matéria e tiver reconhecimento público, além de possuir trabalhos publicados, ter realizado palestras, possuir títulos de pós-graduações, já ter o advogado ocupado cargo público afeto à área em questão, e outros meios que comprovem experiência suficiente.

E por fim, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, foi conferida à Administração Pública, a discricionariedade na possibilidade de contratação de advogados, face ao quesito confiança.

Estando presentes os requisitos de singularidade, notória especialização e confiança, poderá a Administração Pública usar de processo de inexigibilidade para contratar advogados ou escritórios de consultoria jurídica, sem ferir o princípio da legalidade e da livre concorrência.

## 8. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição Federal, de 05.10.88. Atualizada com as Emendas e Constitucionais Promulgadas.

BRASIL. Lei Federal nº 8.666/93. Dispõe sobre o Estatuto das Licitações.

BRASIL. Lei Federal nº 9279/96. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

BRASIL. Lei Federal nº 9.610/98. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais.

BRASIL. Lei Federal nº 8.906/94. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil(OAB).

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de Direito Administrativo. 15ª Ed. São Paulo, Editora Malheiros, 2008.

GASPARINI, Diogenes. Direito administrativo. 6ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos. 3ª ed. rev. e atual. São Paulo:Saraiva,2008.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Manual Prático das Licitações. 8ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

DALLARI, Adilson Abreu. Aspectos jurídicos da licitação. 6ª. ed. atual. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. Aspectos Jurídicos da Licitação. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 12. ed. São Paulo:  
Malheiros, 2008.

12/2006

TRIBUNAL PLENO

## AÇÃO PENAL 348-5 SANTA CATARINA

RELATOR : MIN. EROS GRAU  
 PONENTE : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE  
 ADVOGADO(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
 DEFENSOR(A/S) : LEONEL ARCÂNGELO PAVAN  
 PROCURADOR(A/S) : PAULO ARMÍNIO TAVARES BUECHELE E  
 OUTRO(A/S)

**EMENTA:** AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE  
 ADVOGADOS FACE AO CASO ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO  
 MUNICIPAL SUCEDIDA LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO  
 BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE  
 LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS  
 PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA  
 DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL.

A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis  
 que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de  
 situação na qual há inviabilidade de competição e, logo,  
 inexigibilidade de licitação.

"Serviços técnicos profissionais especializados" são  
 serviços que a Administração deve contratar sem licitação,  
 escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau  
 de confiança que ela própria, Administração, deposita na  
 especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito de  
 confiança da Administração em quem deseja contratar é subjetivo. Já  
 que a realização de procedimento licitatório para a contratação de  
 tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do  
 julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício  
 da subjetividade que o direito positivo confere à Administração para  
 a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à  
 plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da  
 Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a  
 notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança.

Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu  
 enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou  
 seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados  
 possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de  
 desfrutarem da confiança da Administração.

Ação Penal que se julga improcedente.



A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência da Ministra Ellen Gracie, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em absolver o réu das imputações que lhe foram feitas, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 15 de dezembro de 2006.

EROS GRAU

RELATOR

## Supremo Tribunal Federal

13/12/2006

TRIBUNAL PLENO

ACÓRDÃO PENAL 348-5 SANTA CATARINAV O T O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau (Relator): O Ministério Público de Santa Catarina denunciou o Senador da República Leonel Rios Pavan, então Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, motivado por *notitia criminis* levada a efeito por Alonso Manoel Pereira, inimigo político do parlamentar, consoante confessou em seu interrogatório (fls. 3.171/3.176).

2. Os advogados foram contratados em 21.2.97, por um período de 120 (cento e vinte) dias, prorrogado por mais 45 (quarenta e cinco) dias. A contratação foi feita, segundo a defesa, em razão do órgão administrativo, econômico e jurídico instalado no Município pelo anterior Prefeito, Luiz Vilmar de Castro, a caracterizar situação de grave emergência prevista no artigo 24, IV, da Lei n. 8.666/1993".

3. Imediatamente à posse, o Prefeito contratou a equipe de auditoria externa da Escola Superior de Administração e Gerência da Universidade de Santa Catarina-ESAG para desenvolver estudo sobre a situação do Município. A equipe produziu 6 (seis) relatórios mensais e 1 (um) final, nos quais foram reveladas várias irregularidades.

4. O Procurador Jurídico do Município, Marcos Ricardo Weissheimer, preparou Projeto Básico para Contratação de Prestação de Serviços, destacando, em síntese (fls. 37):